

RECURSO ESPECIAL Nº 1.559.278 - SC (2013/0327523-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
RECORRENTE : E B S
ADVOGADO : RENATO DE CAMARGO - SC016129
RECORRIDO : C DA S S
ADVOGADO : FABIANO BATISTA DA SILVA E OUTRO(S) - SC011882

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial, interposto por E B S, com fundamento no art. 105, III, *a e c* do permissivo constitucional, desafiando o acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado (fl. 808, e-STJ):

DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO DE RECONHECIMENTO E DISSOLUÇÃO DE UNIÃO ESTÁVEL C/C PARTILHA DE BENS IMÓVEIS. PRELIMINARES DE PRESCRIÇÃO E SENTENÇA *EXTRAPETITA* AFASTADAS. LITIGANTES CASADOS POR 17 (DEZESSETE) ANOS. AUTOR QUE ADUZ QUE, MESMO APÓS A SEPARAÇÃO E O DIVÓRCIO, MANTEVE COM A RÉ CONVIVÊNCIA PÚBLICA, CONTINUA E DURADOURA, COM INTENÇÃO DE CONSTITUIR FAMÍLIA. ARGUMENTO DE QUE A RUPTURA DO MATRIMÔNIO FOI MANOBRA MERAMENTE FORMAL PARA BLINDAR O PATRIMÔNIO.

AUSÊNCIA DE PROVA SUFICIENTEMENTE CAPAZ DE DEMONSTRAR A EXISTÊNCIA DO CONÚBIO, TAL COMO EXIGE A LEGISLAÇÃO CIVIL (ART. 226, § 3º, DA CF, ARTS. 1.723 E SS DO CC E ART. 1º DA LEI N. 9.278/96).

REQUERENTE QUE, APÓS A SEPARAÇÃO, CONSTITUIU UNIÃO ESTÁVEL COM DIVERSA MULHER, COM A QUAL TEVE NOVA FILIAÇÃO. EM SEGUIDA, FICOU ENCARCERADO POR 02 (DOIS) ANOS ANTES DE EMPREENDER FUGA E RESTAR FORAGIDO POR MAIS 04 (QUATRO) ANOS. PROVA TESTEMUNHAL AMBIVALENTE, MAIS DIRECIONADA À DEMONSTRAÇÃO DA INEXISTÊNCIA DO CONVÍVIO MARITAL. EVIDÊNCIAS DE QUE AS PARTES APENAS MANTINHAM RELAÇÕES ESPORÁDICAS E FORTUITAS, SEM INTENÇÃO DE CONSTITUIR FAMÍLIA. BOM CONVÍVIO DERIVADO, ADEMAIS, DA CONDIÇÃO DE PAIS E DE CORRELIGIONÁRIOS DE PARTIDO POLÍTICO EM PEQUENO MUNICÍPIO DO LITORAL GAÚCHO.

AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DOS PRESSUPOSTOS DA UNIÃO ESTÁVEL. PRECEDENTES DA CORTE.

RECURSO DA DEMANDADA PROVIDO E O AUTOR PREJUDICADO.

Os embargos de declaração opostos restaram rejeitados (fls. 833-837, e-STJ).

Nas razões do especial (fls. 840-852, e-STJ), alega o insurgente violação aos arts. 1º da Lei n. 9.278/96 e 1.723 do CC/02, bem como divergência jurisprudencial no tocante ao reconhecimento da união estável. Sustenta, em síntese, a necessidade da

reavaliação das provas, alegando estar comprovada a união estável com a ora recorrida. Afirma que a coabitação não é requisito indispensável para a declaração da união estável entre as partes.

Sem contrarrazões (fl. 922, e-STJ).

Inadmitido o reclamo na origem, adveio agravo visando destrancar a insurgência, o qual foi acolhido pela decisão de fls. 976-977, e-STJ para determinar a reautuação dos autos como recurso especial.

O Ministério Público Federal, em parecer de fls. 974, e-STJ, deixou de se manifestar em razão da natureza da lide e qualidade das partes.

É o relatório.

Decido.

A irresignação não merece prosperar.

1. Inicialmente, observa-se que o Tribunal de origem utilizou-se de fundamento constitucional para afastar o reconhecimento da união estável. Ocorre que as recorrentes não interpuseram recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal, tornando, assim, definitivo, por si só, o fundamento constitucional à manutenção do acórdão recorrido. Como é cediço, essa circunstância torna inadmissível o recurso especial, nos termos do que disciplina o verbete n. 126 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça: "É inadmissível recurso especial, quando o acórdão recorrido assenta em fundamentos constitucional e infraconstitucional, qualquer deles suficiente, por si só, para mantê-lo, e a parte vencida não manifesta recurso extraordinário".

2. Com efeito, o Tribunal local, mediante o exame dos elementos informativos da demanda, entendeu que, na hipótese dos autos, não restaram demonstrados os requisitos configuradores da união estável durante todo o período de convivência das partes, consignando, na oportunidade, o seguinte:

[...]

A partir destas considerações, e da análise do profícuo - mas ambivalente - arsenal probatório coligido aos autos de parte a parte, concluo, por estar destituído da certeza que fundamentou a sentença acolhedora do pleito inicial, não ser possível vislumbrar-se, no caso em liça, o preenchimento dos requisitos fundamentais à declaração de união estável entre as partes, no período de 1988 a 2003.

Começo a argumentação rememorando que as partes foram casadas entre si por 17 (dezessete anos), de 08.05.1971 a 14.07.198 (fls. 13/19), data esta na qual sucedeu a separação consensual, posteriormente convertida em divórcio, também pela via não litigiosa, na data de 07.10.1998 (fls. 171/176). Intui-se, pois, que, em ambas as oportunidades em que estiveram diante do juízo, os litigantes emitiram expressa manifestação de vontade no sentido de romper o vínculo jurídico que os unia, exprimindo declaração contrária à idéia de que entre eles pudesse, ainda, remanescer o laço de afetividade necessário à configuração da união estável.

Não se afirma, com isso, absolutamente, ser impossível o restabelecimento do afeto aos separados ou divorciados, pelo contrário, mas daí a caracterizar-se a união estável exige-se, como mencionado, que eles mantenham a convivência amorosa de forma pública, contínua e duradoura, com o subjetivo intuito de constituir família - no caso, com intenção de mantê-la sabedores, pois, ambos, das pretensões que os move.

Seria preciso demonstrar, no caso, com suficiente grau de certeza, que a

intenção de ambos, ao manter o envolvimento afetivo, era manifestamente contrária aquela invocada em juízo a partir da manifestação de vontade dirigida à separação e ao divórcio, dado que a natureza ruptiva destes dois atos jurídicos contrapõe, presuntivamente, a idéia que se tem de um casal que mantém o laço afetivo público, contínuo e duradouro.

Sabe-se, obviamente, que a união estável deriva de um estado puramente fático, razão por que, aliás, a sua comprovação em juízo pode decorrer dos mais abertos intermédios de prova.

Essa, então, presuntiva, segundo a qual a ratificação da separação ao ensejo do divórcio, em 1998, revela a inexistência do vínculo afetivo, é, pois, apenas um forte indício, decorrente da manifestação de vontade das pa linha a qual a análise deve, pois, tomar como base e da qual não por em princípio, se afastar -, de que não havia, de fato, entre eles a continuidade do conúbio.

Salvo haja prova contundente em contrário, presume-se, então, que as partes encontravam-se, de fato, separadas, quando, em 1998, pleitearam, de comum acordo, a conversão da separação em divórcio.

Nessa linha de raciocínio é que continuo, então, enunciando os elementos de prova que, à míngua de melhores evidências do contrário, convenceram-me da inexistência da união estável entre os litigantes.

Com efeito, logo após a separação, sucedida em 14.07.1988, o autor passou a conviver em união estável com R. M. C. M., no período de abril de 1990 a dezembro de 1991, com quem adquiriu uma casa no município de Porto Alegre/RS (fl. 221), e, ainda, teve um filho, E. M. S., nascido em 25.11.1991, reconhecido em sede da ação de investigação de paternidade n. 012.92.05694-0 (fls. 229/230).

Em seguida, o autor, segundo ele próprio afirma, voltou a residir em Tramandaí/RS, onde possui extensa trajetória na vida pública e política, tendo sido prefeito municipal nomeado, de 1978 a 1983, e prefeito eleito, de 1986 a 1988. De 1993 a 1995, exerceu o mandato de prefeito eleito do recém - emancipado município de Cidreira/RS, tendo, porém, seu mandato cassado pela Câmara de Vereadores antes de completar a delegação, "por ser considerado culpado em oito processos, em razão de desvio de dinheiro público, cobrança de propina de empresas que prestavam serviços à prefeitura, admissão irregular de funcionários e negligência na prestação de contas de suas administrações ao Tribunal de Contas do Estado" (fl. 219).

[...]

Não bastasse ser difícil de se imaginar, em meio a este cenário de inúmeros recolhimentos à prisão, pudesse o autor manter união estável com a ex-esposa, a derradeira evidência a respeito da inexistência de laço marital advém do fato de que, na data de 30.04.1998 (antes, pois, do divórcio), o demandado empreendeu fuga do presídio em que estava recolhido já há um ano e meio, restando foragido, em local incerto, até o mês de maio de 2002. Neste ínterim, aliás, amaziou-se de nova companheira, A. B. de A., com a qual, segundo consta dos autos, convive até hoje.

Não fosse isso suficiente, destaco, ainda, o teor das declarações prestadas por dois dos três filhos do casal. Se, num primeiro momento, em 22.09.2004, ambos foram convictos em afirmar que os pais, mesmo separados, mantinham relacionamento estável, e, inclusive, compravam imóveis na cidade de Balneário Camboriú (fl. 44), eles prestaram nova declaração, em 10.01.2006, dando conta de que o anterior relato fora implementado mediante

forte coação exercida por seu genitor.

[...]

Ambos os filhos colocaram-se à disposição do juízo para esclarecimentos, todavia tal prova não foi repetida, dada, aliás, a ausência de impugnação específica por parte do autor.

No tocante aos elementos de convicção fornecidos a partir da prova testemunhal, anota-se que 04 (quatro) das pessoas ouvidas em audiência - da qual não participou a parte requerida, tão-só o requerente e seu procurador (fl. 524) - sustentaram a ocorrência da união estável (fls. 503/508).

Ocorre, todavia, que alguns indícios presentes nos discursos dos depoentes levam a crer que suas informações não condizem com a realidade.

Com efeito, eles foram unânimes em afirmar que estiveram presentes em festa promovida pelos litigantes, comemorativa dos 25 anos de casados. E foram contundentes com relação à data: realizou-se no ano de 1995, quando o autor ainda era prefeito. Entretanto, observa-se claramente que, se casados fossem, as partes apenas completariam bodas de prata no ano seguinte, em 08.05.1996, justo que contraíram núpcias em 08.05.1971, como mencionado anteriormente. Recorda-se, aliás, que o mandato do autor junto à Prefeitura foi cassado em sessão ocorrida no dia 31.10.1995 (fl. 215). Não há, ademais, nos autos, nenhum registro fotográfico ou mesmo o convite da festa, ou outro documento de fácil obtenção que desse conta da realização deste festejo.

As testemunhas, ademais, informaram, em dissonância, que a data de término da suposta relação estável havida entre as partes foi 1999 (fl 503), 2001 ou 2002 (fl. 504 e 506), mas o restante da prova evidencia, à satisfação, que nesta época o autor estava foragido, com paradeiro desconhecido, de modo a ser improvável que o relato prestado em audiência condiga, de fato com a realidade.

Há notícia, nos autos, aliás, de que o demandante já havia sido preso em duas oportunidades (em 1987 e 1995, fls. 215 e 218) em virtude de coação exercida sobre testemunhas em outros processos judiciais. Não se olvide, outrossim, do teor semelhante inscrito nas declarações prestadas pelos filhos, também alegadamente coagidos pelo autor. Atento, ainda, ao fato de que o requerente detém expressiva influência política nos pequenos municípios dos quais foi mandatário, e, ademais, as quatro testemunhas que depuseram em seu favor são partidários seus, com estrita relação de amizade (fl. 353).

[...]

O que se denota, pois, a partir da prova coligida e das versões apresentadas por ambas as partes, é que, de fato, após a separação, os litigantes mantiveram convivência amistosa por diversos anos - inclusive, até, de forma admitida pela ré, com encontros amorosos fortuitos -, decorrentes, sobretudo, da condição de pais, de sócios das empresas de comunicação radiofônica e de correligionários de partido político.

Não é de se estranhar, portanto, que as testemunhas se refiram a reuniões partidárias ocorridas na casa de um ou outro dos litigantes (fl. 505, e 366/368), bem assim que o autor haja outorgado procurações para que a ré administrasse as aludidas empresas quando ele precisou evadir-se do município (fls. 311/316). Tampouco que o autor haja participado ativamente da campanha eleitoral da ré para o cargo de Prefeita Municipal de Cidreira, no ano 2000 (fls. 327/329) e ela, de contrapartida, haja se utilizado da figura

pública de seu ex- marido para arrebanhar eleitores, tornando-se, assim, a mandatária daquele município -, e, ainda, não há de criar espanto o fato de que ela, enquanto administradora pública, haja sido acusada de utilizar aparelho telefônico do Município para manter conversas particulares com o autor (fls. 331/332).

Tampouco, na condição da mãe dos filhos do autor, tenha-se feito presente na residência em que morava o filho quando este e o pai sofreram acidente automobilístico (fl. 353 e 505), ou mesmo quando o genitor do autor faleceu, no ano de 2002 (fl. 369).

Ora, tais circunstâncias revelam, tão-somente, o grau de proximidade que caracterizou a convivência das partes mesmo após a se aração e o divórcio, mostrando-se, todavia, insuficientes, por si sós, a induzir q entre eles existia o relacionamento público, contínuo e duradouro, com i t ito de constituir família, na forma como exige a legislação civil para a configuração do instituto da união estável, quando, na verdade, os demais elementos prova constantes dos autos orientam a convicção do julgador no sentido de sua inexistência.

Com a devida vênua ao entendimento da Magistrada prolatora da sentença, a qual fundamentou sua decisão, sobretudo, no caráter meramente formal tanto da separação quanto do divórcio - presumindo que as partes assim procederam apenas para blindar o patrimônio do casal em relação aos processos pendentes contra o autor -, penso que tal argumentação consubstancia, tão-somente, ilações destituídas de lastro diante da prova e é insuficiente para demonstrar haver entre as partes a alegada união estável.

Tanto mais porque a partilha dos bens em ambas as circunstâncias dividiu o patrimônio declarado de forma equitativa entre os divorciandos (fls. 171/175), competindo a cada qual acervo equivalente à metade dos bens do casal, não podendo se presumir houvesse a ré obtido qualquer favorecimento patrimonial em prejuízo do autor, ou mesmo que as partes hajam simulado o ato a fim de implementar finalidade ilícita à declaração de vontade.

Acresço, de mais a mais, que os imóveis pleiteados foram adquiridos pela apelante às datas de 24.07.1995 (fls. 34/36) e 10.02.1995 (fls. 40/42), de modo que, caso o apelado, de fato, fizesse jus à respectiva meação, por certo eles constariam da partilha amigável ocorrida na data de 07.10.1998 por força do divórcio.

Não há nos autos, repito, qualquer evidência contundente acerca da existência de convívio público, continuado e duradouro entre as partes no período de 1988 a 2003. A prova, como mencionado, direciona-se no sentido oposto. E, então, não havendo o autor se desincumbido do ônus que lhe competia (art. 333, inc. I, do CPC), de comprovar cabalmente a ocorrência da união estável, há de ser dado provimento ao apelo da demandada, para fim de se reformar a sentença objurgada.

[...]

No caso, não há o mais singelo indício probatório de que o autor haja contribuído para a aquisição dos imóveis declinados na petição inicial. Do contrário, os elementos de prova são fartos e inequívocos à demonstração da versão apresentada pela demandada, eis que não apenas os contratos de compromisso de compra e venda estão celebrados em seu nome (fls. 34/36 e 40/42), como há comprovantes de que ela arcou com todas as taxas condominiais (fls. 244/273 e 370/414), IPTU (fl. 250), e quando demandada

em juízo para honrar com os referidos encargos, respondeu às ações sem invocar a obrigação solidária de qualquer outro coobrigado (fls. 247, 249, 251, 266, 270/273 e 354/365).

[...]

Diante de toda a argumentação exaustivamente exposta, concluo pela impossibilidade de reconhecimento tanto da pretendida união estável quanto do direito do autor em amealhar a metade do patrimônio elencado na petição inicial, razão por que, então reformo a sentença para julgar improcedente o pleito declaratório e constitutivo, provendo, pois, o apelo da demandada e dando por prejudicado o recurso do autor.

Infirmar as conclusões do julgado, como ora postulado, no sentido de se entender pela existência da união estável, demandaria o revolvimento do suporte fático-probatórios dos autos, o que encontra vedação no enunciado da Súmula n. 7 deste Superior Tribunal de Justiça.

Neste sentido, vejam-se os precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ. INEXISTÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. A reforma do acórdão estadual quanto à comprovação dos requisitos necessários ao reconhecimento da união estável demanda, no presente caso, reexame do acervo fático-probatório dos autos, o que atrai o óbice da Súmula 7/STJ.

[...]

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 835.687/MS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 03/03/2016, REPDJe 14/04/2016, DJe 21/03/2016)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. FAMÍLIA. VIOLAÇÃO AO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. RECONHECIMENTO DE UNIÃO ESTÁVEL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DOS REQUISITOS PREVISTOS DO ART. 1.723 DO CÓDIGO CIVIL. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

[...]

2. Inviável o recurso especial cuja análise das razões impõe reexame do contexto fático-probatório da lide, nos termos da vedação imposta pelo enunciado nº 7 da Súmula do STJ.

3. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 737.897/MS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 25/08/2015, DJe 31/08/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. UNIÃO ESTÁVEL. COMPROVAÇÃO. REEXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DO STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. A alteração das conclusões do acórdão recorrido exige reapreciação do acervo fático-probatório da demanda, o que faz incidir o óbice da Súmula nº 7 do STJ.

2. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 555.552/SP, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/04/2015, DJe 24/04/2015)

3. Importante consignar, ainda, que esta Corte de Justiça tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7/STJ impede o exame de dissídio jurisprudencial, na medida em que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual deu solução a causa a Corte de origem.

Nesse sentido:

[...] 7. Nesse contexto, em consonância com a judiciosa opinião estampada no parecer ministerial, incide a Súmula 07/STJ, o que também impede o exame da divergência jurisprudencial na medida em as peculiaridades do caso concreto, decisivas à solução conferida pela Corte de origem, não possuem identidade com os paradigmas trazidos à colação. 8. *Recurso especial não conhecido* ." (REsp 1.186.481/AC, Rel. Min. Castro Meira, 2ª Turma, julgado em 18.05.2010)

ADMINISTRATIVO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACÓRDÃO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. OCORRÊNCIA DE DANO MORAL REPARÁVEL. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ.

1. Rever entendimento do Tribunal de origem que, com base nos elementos de convicção do autos, afasta a ocorrência de dano moral reparável demanda o revolvimento do arcabouço probatório dos autos, inviável em recurso especial, dado o óbice da Súmula 7 desta Corte.

2. A incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, porquanto falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso concreto, com base na qual a Corte de origem deu solução a causa. (AgRg no Ag 1.160.541/RJ, Rel. Min. Humberto Martins, 2ª Turma, 25.10.2011)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DESPEJO. ALEGAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CONTRATO VERBAL DE LOCAÇÃO. NÃO COMPROVAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO COMPROVADO. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

2. A incidência da Súmula 7 do STJ é óbice também para a análise do dissídio jurisprudencial, o que impede o conhecimento do recurso pela alínea c do permissivo constitucional. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 834.644/DF, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 17/03/2016, DJe 12/04/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ANÁLISE. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE.

[...]

2. Quanto à interposição pela alínea "c", este Tribunal tem entendimento no sentido de que a incidência da Súmula 7 desta Corte impede o exame de dissídio jurisprudencial, uma vez que falta identidade entre os paradigmas apresentados e os fundamentos do acórdão, tendo em vista a situação fática do caso, com base na qual a Corte de origem deu solução à causa.

3. Agravo não provido.

(AgRg no AREsp 494.763/RS, Relatora a Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 18/08/2014)

4. Do exposto, com amparo no artigo 932 do CPC/15 c/c a Súmula 568/STJ, nega-se provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator